



MINISTÉRIO DA CULTURA

**ATA DA 2ª REUNIÃO
CONSELHO NACIONAL DE
POLITICA CULTURAL
CNPC**

Brasília (DF), 03 e 04 de junho de 2008.

1 **ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CNPC REALIZADA EM 03 E 04 DE**
2 **JUNHO DE 2008.**

3
4 Aos três e quatro dias do mês de junho do ano de dois e oito, às nove horas no
5 Salão Azul do Hotel Nacional, situado nesta capital, sob a presidência do Senhor
6 **Juca Ferreira**, (Secretário-Executivo do Ministério da Cultura em substituição
7 ao Presidente do CNPC, de acordo com o art. 29, § 1º, do Regimento Interno),
8 na presença do Sr. **Gustavo Vidigal** (Coordenador Geral do CNPC) e dos(as)
9 Conselheiros(as): Sr. **Alberto Ferreira da Rocha JR** (ANDIFES), Sra. **Alice**
10 **Viveiros de Castro** (CIRCO), Sr. **Alfredo Manevy** (MINC), Sr. **Alfredo**
11 **Tolmasquim** (Ministério da Ciência e Tecnologia), Sr. **Álvaro Santi** (Música
12 Erudita), Sr. **André Luiz Lázaro** (Ministério da Educação), Sr. **Antônio Carlos**
13 **Pinto Vieira** (Museu), Sr. **Bruno Monteiro** (Artes Visuais), Sr. **Celso**
14 **Frateschi** (MINC), Sr. **César Piva** (Inclusão Social por Intermédio da Cultura),
15 Sr. **Danilo Santos Miranda** (Sistema S), Sra. **Dulce Rocha Lamego Silva**
16 (Dança), Sr. **Eduardo Stranz** (Confederação Nacional de Municípios), Sr.
17 **Francisco Auto Filho** (Fórum de Secretários Estaduais), Sr. **Frank Aguiar**
18 (Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados), Sr. **Geraldo**
19 **Moraes** (Indicação dos Ministros), Sr. **Gerson Luiz de Almeida Silva**
20 (Secretaria Geral da Presidência da República), Sr. **João Roberto C. do**
21 **Nascimento** (Frente Nacional de Prefeitos), Sr. **José Almino de Alencar**
22 (MINC), Sr. **Juscelino Alves de Oliveira** (Música Popular), Sr. **Luiz**
23 **Fernando de Almeida** (MINC), Sr. **Luiz Phelipe Andrés** (Patrimônio
24 Cultural), Sra. **Maria das Graças M. Castro** (Livro e Leitura), Sr. **Maurício**
25 **Pestana** (Afro-Brasileiros), Sr. **Michel Etlin** (Associação Nacional das
26 Entidades Culturais), Sr. **Oséas Borba** (Teatro), Sra. **Patrícia Knust Canetti**
27 (Arte Digital), Sra. **Paula Simon Ribeiro** (Culturas Populares), Sr. **Paulo**
28 **Knauss Mendonça** (Arquivos), Sr. **Roberto Nascimento** (MINC), Sr.
29 **Romacil Kretã** (Povos Indígenas), Sra. **Solange Lima** (Audiovisual), Sra.
30 **Sônia Maria Mendes** (Fórum Nacional de Secretários Estaduais), e Sr.
31 **Victorino Chermont de Miranda** (Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro).
32 Convidados Presentes: Sr. **Álvaro de Mello Salmito** (SESC), Sra. **Marcelo**
33 **Coutinho** (DRI/MINC), Sr. **Jéferson Assunção** (CGLL/MINC), Sra. **Lindnara**

34 **C. Aguiar** (ASCOM/MINC), Sr. **Fred Mais** (MINC), Sra. **Priscila D. Carvalho**
35 (SRV/MINC), Sra. Mara (MINC), Sr. Fábio F. (SPC/MINC), Sr. **Afonso Luz**
36 (MINC/SE), Sra. Rosa Coimbra (Câmara Setorial da Dança), e Sra. Alexandra
37 **Capone** (Câmara Setorial da Música) e da Equipe de Coordenação do CNPC:
38 Sr. **Marcelo Veiga** (MINC/CNPC), e Sra. **Kênia Batista** (MINC/CNPC). Teve
39 início a Segunda Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Política Cultural
40 coordenada pelo Senhor **Gustavo Vidigal** (Coordenador Geral do CNPC)
41 destinada a apreciar a seguinte pauta: Dia 03/06/08. - 1) Abertura. Sr. **Juca**
42 **Ferreira** (Secretário-Executivo do MINC); 2) Debate "Cultura e Educação":
43 Conselheiro **André Luiz Lázaro** (MEC); 3) Posse dos Conselheiros da Frente
44 Nacional de Cultura. Local: Câmara dos Deputados; 4) Lançamento do Caderno
45 de Diretrizes do Plano Nacional de Cultura na Câmara dos Deputados; 5)
46 Transcrição da 1ª Reunião Ordinária – Apresentação e aprovação; 6) Grupo de
47 trabalho: Decreto n 5.520/2005: A) Eleição de Suplentes; B) Apresentação do
48 Relatório: Conselheira Patrícia Canetti – Análises e Deliberações; 7) Grupo de
49 Trabalho: Colegiados Setoriais: A) Eleição de Suplentes; B) Apresentação do
50 Relatório: Conselheiro Antônio Carlos – Análise e Deliberações; 8) Comissão
51 Temática: Plano Nacional de Cultura: A) Eleição de Suplentes; B) Apresentação
52 do Relatório: Conselheiro **Álvaro Santi** – Análise e Deliberações; 9) Palestra:
53 "Mais Cultura": Sra. Silvana Meireles (Ministério da Cultura); 10) Debates e
54 Deliberações; 11) Informes e Deliberações. O Sr. **Juca Ferreira** (Secretário-
55 Executivo do MINC) cumprimentou a todos informando que o Ministro da
56 Educação Fernando Haddad estaria presente na reunião, no dia 04/06/08, com
57 o objetivo de amadurecer temas ligados à cultura, bem como, abordar o tema
58 Sistema "S". A continuação solicitou aos Conselheiros que planejassem em
59 médio prazo a incorporação de temas importantes objetivando que o Conselho
60 cumpra a sua função que é estratégica para gerar um adensamento na área da
61 cultura. Em seguida, o senhor **Gustavo Vidigal** divulgou a agenda dos
62 trabalhos dos dias 3 e 4 de junho. Na seqüência, informou a todos os presentes
63 sobre a posse dos Conselheiros da Cultura na Frente Parlamentar na Câmara
64 dos Deputados, bem como o lançamento do Caderno das Diretrizes da Cultura.
65 Na continuidade, convidou o Conselheiro Sr. André Lázaro (MEC) para proceder

66 ao seu relato sobre o tema: "Cultura e Educação". O Sr. André Lázaro (MEC)
67 após cumprimentar a todos os presentes iniciou o seu relato expondo um breve
68 histórico da cobertura educacional no Brasil. Colocou que a Educação não
69 possui sistema único, mas que se encontra em vias de conseguir o seu próprio
70 sistema. Atualmente, o MEC tem como uma de suas metas estabelecidas
71 qualificar a educação básica brasileira e constatou que a freqüência do ensino
72 médio havia melhorado muito. Na continuidade, enfocou os dois novos desafios
73 do MEC. 1) Desafio de Qualidade de Educação - O MEC adotou uma estratégia
74 para estabelecer uma prova padrão implantada a partir do ano de 2005 e
75 realizando-a nos anos ímpares. A prova aplicada aos alunos de 4ª a 8ª séries
76 não tem por objetivo medir o conhecimento dos alunos, e sim a habilidade dos
77 mesmos. A média obtida por meio desta prova confirmou a existência de
78 Escolas Públicas brasileiras de qualidades excepcionais. Em seu relato,
79 comparou ainda a educação brasileira com a educação da Holanda colocando
80 que muito dos processos educacionais adotados no Brasil também são adotados
81 naquele país, e que, portanto, o Brasil está caminhando para alcançar a
82 excelência educacional. Mencionou ainda a pesquisa realizada pelo "UNICEF" e
83 o "Banco Mundial". De acordo com a pesquisa realizada pelo UNICEF constatou-
84 se haver maior empenho por parte da direção da escola em qualificar o nível de
85 aprendizagem dos alunos, fato que elevou o desempenho das escolas, embora
86 o Brasil ainda continue sendo considerado atrasado em decorrência dessa
87 constatação, pois possui um índice de reprovação muito alto. Em seguida,
88 exemplificou citando uma escola pública da cidade de Camburiú, que
89 incorporou a pesquisa realizada pelo "UNICEF". A referida escola acompanha os
90 alunos da Bolsa Família nominalmente. A pesquisa detectou ainda, que as
91 escolas têm dificuldades em lidar com as crianças pobres, sendo assim, há
92 necessidade de se educar uma geração. O Brasil é campeão mundial em
93 reprovação medida através do IDEB – Índice de Educação Básica. 2): A meta
94 do MEC até 2022 é atingir média 6.0, e para tanto se faz necessário estabelecer
95 diretrizes para alcançar bons resultados educacionais, a partir dos Planos dos
96 Estados Brasileiros (27 estados aderiram e comprometeram-se com o plano de
97 metas do MEC). Não é objetivo do IDEB fazer piloto e vitrine com a pesquisa

98 feita nas escolas. O Sr. **André Lázaro** (MEC) citou ainda o “Programa Mais
99 Educação”, acrescentando que o livro do referido programa é considerado uma
100 rede de aprendizagem. O Programa “Mais Educação” objetiva a sustentabilidade
101 da educação integral e para que o objetivo possa ser alcançado foi feito acordo
102 de parceria com os ministérios: MCT/MDS/Mcidades e Cultura. O reforço escolar
103 será obrigatório. O MEC transfere recursos financeiros para os projetos culturais
104 dentro das escolas (banda/dança/capoeira). O “Programa Mais Educação” tem
105 como objetivo gerar um grande impacto na Cultura e Educação. Informou
106 ainda, sobre a pesquisa realizada a respeito da leitura no Brasil, bem como, o
107 diálogo que vem ocorrendo dentro do MEC sobre a educação profissional, pois
108 há necessidade de ter um olhar especial para essa área educacional, colocando
109 sobre a existência de demandas que deverão ser preservadas de forma
110 conjunta com a Arte, Educação e Cultura. Para tanto é extremamente
111 necessário criar programas dentro das escolas voltadas para a Arte e Cultura.
112 Sobre a matéria, o Sr. **Juca Ferreira** (Secretário-Executivo do MINC) chamou a
113 atenção sobre a base conceitual comum exposta pelo Sr. André Lázaro (MEC),
114 criado por Cristovam Buarque. Além do avanço adquirido na gestão do Ministro
115 Fernando Haddad na formatação do plano de ação comum. Alegou que o
116 Ministério da Cultura tem muito a aprender com o Ministério da Educação, pois
117 as dificuldades de implantar o “Programa Mais Cultura” são muitas, e, portanto
118 a parceria com o MEC é fundamental, visto que, educação é uma atividade
119 cultural. Sendo assim, a escola é um elemento estratégico para o “Programa
120 Mais Cultura”. Colocou ainda, a necessidade de se fazer uma revolução na área
121 da leitura, para tanto é fundamental manter o professor apaixonado e
122 empenhado na formação dos futuros leitores brasileiros. O Sr. **Danilo dos**
123 **Santos Miranda** (Sistema S) ressaltou o papel da educação na dimensão
124 cultural, destacando o ensino básico, e que a mesma necessita de
125 desenvolvimento. A dimensão da ação deve ser ferramenta da Educação. A
126 conselheira **Solange Lima** (Audiovisual) colocou que a educação parte de um
127 olhar e do resgate da sua memória, portanto é imprescindível a inclusão do
128 audiovisual como disciplina no currículo das escolas. A conselheira **Patrícia**
129 **Knust Canetti** (Arte Digital) ressaltou a importância do ensino da arte na

130 escola e na seqüência sugeriu: criar talentos relacionando-os com os demais
131 talentos, pois ainda trata-se de uma área deficiente no Brasil, e implantar nos
132 currículos escolares a disciplina arte tecnológica. O conselheiro **Alberto**
133 **Ferreira da Rosa Jr** (ANDIFES) observou que precisa ser formado na área
134 cultural o perfil do profissional da capoeira. Para tanto é necessário pensar na
135 extensão universitária. Sugeriu que fosse feito contato com o Ministro da
136 Ciência e Tecnologia para que sejam feitas a extensão e pesquisa dentro das
137 universidades. O conselheiro **Romacil Kretã** (Povos Indígenas) colocou do
138 compromisso que o estado deve ter com a criança brasileira a fim de que lhe
139 seja dado o direito de ler e escrever, pois conforme a colocação do senhor Juca
140 Ferreira os cidadãos brasileiros estão passando por um momento especial
141 dentro da educação. Desta forma, formalizou um pedido ao Conselho de que as
142 forças fossem unidas objetivando a inclusão de uma educação do conhecimento
143 para os povos indígenas, e assim, os mesmos serem tratados como uma nação,
144 como um povo, pois muitas vezes tem-se a sensação de ser um estrangeiro
145 dentro do seu próprio país. Na seqüência, solicitou a possibilidade de poder
146 garantir através do MEC o reconhecimento da existência dos povos indígenas
147 ao longo dos 508 anos, uma vez que, reconhece de que os povos indígenas não
148 são formadores de opiniões, ministros, prefeitos, vereadores, deputados e
149 presidente da república e que muitas vezes as políticas e as decisões do STF
150 vão contra o direito do seu povo, não levando em consideração o que a
151 Constituição Brasileira estabelece sobre o direito que o índio possui sobre a
152 terra. Em seguida, solicitou ao representante do MEC maior empenho na
153 efetivação do compromisso educacional dos povos indígenas e assim garantir
154 que a criança indígena tenha acesso à educação com a finalidade de construir
155 um novo Brasil, de forma que os povos indígenas e a sua diversidade cultural
156 sejam respeitados dentro do país. Na continuidade o conselheiro **João**
157 **Roberto C. do Nascimento** (Frente Nacional de Prefeitos) expôs a
158 necessidade de que haja uma descentralização, já que há alguns aspectos que
159 poderiam dificultar o processo de ação conjunta, uma vez que o MEC já havia
160 conseguido avançar com o seu "Programa Mais Educação". O Ministério da
161 Cultura tem ainda o desafio cultural ao implantar o seu programa, pois se faz

162 necessário definir papéis e responsabilidades, bem como, refletir sobre a
163 questão do sistema "S". Colocou ainda de forma contundente a necessidade de
164 sair do plano do discurso e adentrar no plano de ações concretas. Para tanto é
165 necessário discutir os objetivos, metas e ações dentro do plano de política.
166 Logo em seguida a conselheira **Dulce Rocha Lamego Silva** (Dança)
167 parabenizou o MEC na figura do Sr. André Lázaro, pontuando ainda, ser
168 importante que cada Ministério mantenha a sua própria autonomia, pois
169 atualmente o MINC faz a diferença. Na seqüência, sugeriu que o professor de
170 arte seja de fato um artista e que o professor de literatura deve amar a mesma
171 e ter como objetivo: encaminhar e encantar os alunos no que se refere à
172 literatura. Dando continuidade aos trabalhos do dia passou-se ao Item 4 -
173 Posse dos Conselheiros da Frente Nacional de Cultura e Lançamento do
174 Caderno de Diretrizes do Plano Nacional de Cultura na Câmara dos Deputados.
175 O Sr. **Juca Ferreira** (Secretário-Executivo do MINC) convidou todos os
176 conselheiros presentes a se deslocarem até a Câmara dos Deputados para o
177 evento de posse dos conselheiros da Frente Nacional de Cultura e de
178 lançamento do Caderno de Diretrizes do Plano Nacional da Cultura. O evento foi
179 aberto com uma apresentação do professor e ator Marcos Antunes. Em seguida
180 foram empossados os conselheiros da Frente Nacional de Cultura. O deputado
181 **Frank Aguiar** colocou enfaticamente que é preciso celebrar o lançamento de
182 Caderno de Diretrizes do Plano Nacional, pois o Brasil precisa conceber a
183 cultura de forma especial em função da sua diversidade, que é o maior
184 patrimônio do povo brasileiro. Portanto a cultura deve ser assistida e
185 privilegiada por todos. Na continuidade, o Sr. **Alfredo Manevy** (MINC) colocou
186 ser necessário ainda, que a cultura percorra um longo caminho para se fazer
187 presente e assim registrar-se, definir-se e inserir-se dentro da política social.
188 Logo em seguida, o Sr. **Juca Ferreira** (Secretário-Executivo do MINC)
189 cumprimentou a todos e colocou que a criação da Frente Nacional de Cultura é
190 um marco importante, pois assim será possível o Ministério da Cultura firmar
191 suas diretrizes e metas como aspecto fundamental e um desafio no século XXI,
192 sendo assim, urge que a sociedade apóie a Frente. A continuação fez uma
193 retrospectiva dos processos e dos pactos nacionais, enfatizando que o MINC

194 tem pressa em construir políticas públicas convalidadas e garantidas pela
195 democracia. Finalizando, colocou ser necessário pensar na complexidade
196 cultural brasileira e da importância que a mesma tem para o país. Após a
197 solenidade, e retomando aos trabalhos iniciados pela manhã, deu-se seqüência
198 às contribuições relativas ao tema exposto pelo Sr. André Lázaro (MEC). O
199 conselheiro **César Piva** (Inclusão Social por Intermédio da Cultura) sugeriu ao
200 MINC aproveitar a relação que estava sendo estabelecida com MEC. Para tanto
201 seria necessário que o MEC refletisse sobre o papel do audiovisual na educação,
202 considerando que era imperativo a emancipação digital. As escolas precisam
203 estar na Internet e a leitura e a compreensão da linguagem audiovisual é muito
204 importante. Finalizando, sugeriu, a título de encaminhamento, um debate
205 profundo entre MINC e MEC, que objetivasse pensar as instâncias e os fóruns
206 sobre o tema. Em seguida, o Sr. **Celso Frateschi** (MINC) falou acerca da
207 dicotomia professor-aluno e mestre-aprendiz, defendendo que esta última é
208 mais eficaz e produtiva e que é de suma importância não estar constantemente
209 atado a uma formação tradicional. Logo em seguida, a conselheira **Maria das**
210 **Graças M. Castro** (Livro e Leitura) pontuou duas questões: Um: juntar os
211 "nós" para obter resultados. Dois: estabelecer horário do livro e leitura e assim
212 fortalecer o PNL caminhando conjuntamente com a Cultura e a Educação. Com
213 relação à área do Livro e Leitura solicitou ao MEC que houvesse um avanço em
214 algumas questões do PNLL, pois se faz necessário avançar e fortalecer o PNLL
215 na área do Livro e Leitura, uma vez que o mesmo caminha na cultura quanto
216 na educação e o processo se encontra em tramitação no MEC e MINC, portanto
217 é necessário acelerar esse processo, objetivando garantir o fortalecimento do
218 papel da literatura e da biblioteca escolar. O conselheiro **Paulo Knauss**
219 **Mendonça** (Arquivos) sugeriu que o MEC e o MINC trabalhassem em parceria
220 com o objetivo de qualificar o universo da educação patrimonial, uma vez que
221 não existem universidades que tenham relação com bibliotecas e arquivos. O
222 conselheiro **Geraldo Moraes** (Indicação do Ministro) pontuou três aspectos, a
223 saber: a importância do cinema e do audiovisual na educação formal; o papel
224 da escola na formação da identidade individual e coletiva, ou seja, na formação
225 de hábitos e freqüência à arte e a cultura; e a necessidade de incentivo da

226 criação artística cultural nas escolas, ou seja, a dinamização do ambiente
227 escolar como gerador de cultura dele próprio. Com relação a esse último
228 aspecto colocou três propostas. Primeira: a necessidade do Ministério da
229 Educação ter uma definição sempre atualizada de um acervo audiovisual, um
230 acervo da produção audiovisual independente brasileira com vistas a oferecer
231 aos alunos uma filmografia, videografia além da bibliografia como instrumento
232 da própria informação e como referência para trabalho. Segunda: a questão da
233 educação do audiovisual. Terceira: os chamados Projetos Escola, que são
234 citados como a escola vai ao cinema, ou o cinema vai a escola, nesse aspecto
235 sugeriu que fosse desenvolvido um projeto que venha ampliar, sistematizar,
236 incentivar esses projetos escola. A conselheira **Dulce Rocha Lamego** (Dança)
237 colocou ser importante revisar a lei para que as universidades adotem política
238 de extensão na área da arte. O Sr. **Gustavo Vidal** (Coordenador Geral do
239 CNPC) solicitou a palavra para destacar o PROEXT - Programa de Extensão
240 Universitária da Secretaria de Políticas Culturais. Informou que vários ajustes
241 estão sendo concluídos para o lançamento de editais, em parceria com o MEC.
242 Na continuidade fez um resumido relato sobre o programa, informando os
243 valores dos recursos de 2007 e 2008. O Sr. **Juca Ferreira** (Secretário-
244 Executivo do MINC) colocou que se o Plenário for capaz de transformar o
245 debate "in loco" em ações, um dos objetivos do CNPC será alcançado. Na
246 continuidade, enfatizou a importância da cultura e da arte na educação,
247 portanto é indispensável implantar programas que atualizem e oportunizem aos
248 brasileiros a possibilidade de incorporar na educação formal uma vertente
249 estratégica, pois desta forma estaria possibilitando uma maior qualificação e em
250 escala maior ao povo brasileiro, sendo assim, é preciso abrir oportunidades
251 para as atividades culturais, desta forma, o ideal para a educação brasileira
252 seria que os alunos tivessem atividades escolares em período integral, para que
253 fosse possível a implantação de atividades extras curriculares de tal modo
254 pensar no processo MINC e MEC, bem como as suas respectivas
255 responsabilidades em definir um Programa que incorpore a temática complexa
256 apresentada e debatida nessa reunião. O Sr. **André Lázaro** (MEC) agradeceu o
257 interesse demonstrado pela matéria exposta e informou ter tomado nota de

258 todas as sugestões fornecidas pelos conselheiros. A seguir informou ter
259 solicitado a distribuição do livro que contém todas as ações do PDE – Plano
260 Nacional da Educação. Com relação à afinidade política e conceitual do MINC e
261 MEC, colocou que os dois Ministérios têm como meta desenvolver política
262 cultural, embora a mesma seja objeto de muitas críticas, porém tem uma visão
263 orgânica, ou seja, sistêmica. O MEC tem como horizonte, a autonomia do
264 indivíduo, portanto a Educação não pode continuar desempenhando o papel de
265 socialização, pois ela é individuação e o atual sistema educacional é
266 socialização, ou seja, a mesma educação para todos. A individuação seria que
267 cada aluno seja visto na sua individualidade e não de forma grupal. Se a
268 educação não tiver a dimensão dialética da criação do indivíduo ela não será
269 educação e sim padronização e com isso não trilhará o caminho para a
270 autonomia. Em seguida, colocou sobre os parâmetros curriculares e do fato de
271 que o MEC não tenha conseguido atingir os seus objetivos, uma vez que os
272 mesmos nunca entraram em sala de aula, ficando um vácuo entre os
273 parâmetros e o cotidiano escolar. Informou ainda, sobre a inexistência de um
274 alinhamento sobre o que se ensina ao professor, ao aluno que será professor
275 na universidade, o currículo da sala de aula, ao que é livro didático e avaliação.
276 A educação tem um mito de autonomia, ou seja, foi dada ao professor total
277 autonomia, entretanto não foram fornecidos os meios para que os professores
278 exercessem a mesma. A meta do Ministro da Educação é que cada professor de
279 escola pública esteja vinculado a uma universidade pública por meio de um pólo
280 de educação a distancia, fornecendo também ao professor uma carteira para
281 que o próprio saiba da existência de vínculos e formação continuada por meio
282 de um pólo. Foi desenvolvido pelo MEC o Programa DVD – Escola onde todas as
283 escolas brasileiras estão recebendo televisões e DVDs acompanhada por uma
284 caixa que dialoga com a demanda de formação na área da linguagem mais
285 contemporânea, de informática e linguagem digital, portanto essas demandas
286 atendem as sugestões dadas por alguns dos conselheiros desse Conselho.
287 Corroborou sobre o diálogo existente com o MINC de disponibilizar acesso a
288 Programadora Brasil e que no ainda não havia tido avanço. Com relação à
289 questão dos artistas e extensão universitária esclareceu que os temas são

290 complexos, sugerindo que fosse feito um abaixo assinado para o Ministério da
291 Educação solicitando que os assuntos fossem rediscutidos verificando as
292 exigências que a lei faz por profissão e assim encaminhar para o Congresso
293 para alteração das mesmas, uma vez que, não faz sentido o produtor cultural
294 ser da área da comunicação. Em seguida dirigiu-se ao conselheiro **Romacil**
295 **Kretã** (Povos Indígenas) informando que a educação indígena era uma área
296 que merecia comemoração devido aos bons resultados alcançados, pois na
297 lógica do plano de ações articuladas, os estados foram convidados para discutir
298 qual era o projeto dos mesmos para a Educação Indígena essa ação foi bem
299 sucedida, pois foi definida conjuntamente com os estados a implantação de um
300 plano com a inclusão das seguintes ações: formação inicial, formação
301 continuada de professor indígena, produção de material didático, construção de
302 escola e algumas ações menores. O MEC transferiu para os estados envolvidos
303 com o Programa o valor de 116 milhões de reais somente para a Educação
304 Indígena e 180 milhões para a construção de escolas com parâmetros. Colocou
305 ainda, da necessidade da existência do controle social nos estados para que os
306 recursos destinados para a educação indígenas cheguem até ela. Sobre a
307 capoeira e a educação física informou da existência das escolas abertas que
308 desenvolvem os seus trabalhos nos finais de semana e a opção da maioria dos
309 alunos é pela capoeira, porém a escola tradicional ainda não havia incorporado
310 a capoeira dentro de seu currículo. Finalizando, colocou que de acordo com o
311 "Programa Mais Educação" as escolas teriam banda de música e várias outras
312 ações estabelecidas no Programa. Na continuação, apresentou a Matriz da
313 Parceria MEC – MINC com os eixos de ações priorizados pela parceria que
314 deverão ser desenvolvidas, já que o "MEC não faz. O MEC induz que seja feito".
315 Como encaminhamento da matéria, o senhor **Lázaro** (MEC) socializou a Matriz
316 da Parceria MEC-MINC solicitando que a referida Matriz fosse devidamente
317 preenchida. Prosseguindo com os trabalhos do dia passou-se para a apreciação
318 e deliberação do item 5 - Transcrição da 1ª Reunião Ordinária – Apresentação e
319 aprovação. O Sr. **Gustavo Vidigal** (Coordenador Geral do CNPC) colocou para
320 apreciação e aprovação a Transcrição da 1ª Reunião Ordinária informando que
321 devido à implantação do Conselho ainda não havia sido possível definir a

322 questão da Ata, portanto o que seria aprovado nessa reunião era a transcrição
323 da reunião. Sobre a matéria, o conselheiro **Michel Etlin** (Associação Nacional
324 das Entidades Culturais) opinou da necessidade de ter fidelidade ao Regimento
325 Interno no artigo 27, que prevê que o Conselho deverá aprovar a Ata da
326 reunião e não a transcrição. A conselheira **Alice Viveiros de Castro** (Circo)
327 sugeriu que as Atas fossem redigidas com maior determinação e clareza quanto
328 às deliberações ocorridas nas reuniões. Após debate e sugestões, o
329 Coordenador Geral do CNPC colocou em regime de votação a matéria, sendo a
330 mesma aprovada por unanimidade. Encaminhamento da Matéria: Definiu-se
331 que seria feito o Resumo Executivo das Reuniões com os registros sintetizados,
332 bem como, as deliberações e encaminhamentos ocorridos nas reuniões. Na
333 continuação dos trabalhos foi colocado um Item extrapauta: Acerca da matéria,
334 o Sr. **Juca Ferreira** (Secretário-Executivo do MINC) informou que o
335 Conselheiro Laymert se fez presente na reunião com a intenção de apresentar
336 uma Moção. Sobre o assunto, solicitou que fosse analisada pelo Conselho a
337 solicitação do conselheiro. O conselheiro **Laymert Garcia** (Indicação do
338 Ministro) expôs para o Conselho sobre o conflito que deverá ser julgado pelo
339 Supremo Tribunal Federal a respeito da constitucionalidade da demarcação ou
340 não da terra indígena Raposa Serra do Sol. A esse respeito expressou a sua
341 preocupação, pois a mesma estará afetando diretamente na questão da
342 diversidade cultural, por esse motivo estava submetendo ao Conselho uma
343 Moção a qual o Conselho estaria manifestando preocupação com relação ao
344 Supremo Tribunal Federal a respeito da questão "in loquo". Na seqüência,
345 informou que se o Conselho aprovasse colocar na pauta a apreciação e
346 deliberação da Moção, ele se comprometeria em redigi-la e encaminhá-la para
347 o Conselho no dia seguinte, uma vez que, ele não poderia estar presente nessa
348 reunião. Após debate e considerações a matéria foi colocada em regime de
349 votação sobre a inclusão da Moção na pauta do dia 04/06. Aprovada a inclusão
350 da Moção na pauta com voto contrário do conselheiro **Michel Etlin** (Associação
351 Nacional das Entidades Culturais). Encaminhamento da matéria: A Moção será
352 redigida pelo conselheiro Laymert Garcia que será lida na reunião da Plenária
353 do dia 04/06/08 que deverá ser socializada pelo Secretário-Executivo do MINC.

354 O Conselho se responsabilizará de encaminhar para o CONAMA a Moção caso a
355 mesma seja aprovada por esse Conselho. Definido como relator: Conselheiro
356 Laymert Garcia. A conselheira Dulce Rocha Lamego (Dança) apresentará a
357 Moção da Dança no dia 04/06/2008. Em seguida, passou-se para a análise do
358 Item 6 – Regimento de Urgência: Relatora: Conselheira Patrícia Knust Canetti
359 (Arte Digital). A conselheira **Patrícia Knust Canetti** (Arte Digital) iniciou o seu
360 relato colocando que no final do mês de abril iniciou-se o processo de abaixo-
361 assinado na Internet e uma carta do diretor do SESC de São Paulo Danilo
362 Miranda, sendo que atualmente o abaixo-assinado tem mais de 22 mil
363 assinaturas. Informou ainda, que os atores dos segmentos culturais elaboraram
364 um requerimento, o qual foi assinado sendo que as primeiras assinaturas foram
365 dos segmentos culturais para que o assunto fosse tratado nesse Conselho. Na
366 continuidade procedeu a leitura do documento encaminhado destacando:
367 “chamar a atenção dos profissionais da Cultura para os riscos que o SESC e as
368 suas atividades culturais estariam expostos com projetos do governo federal
369 que pretende criar um Fundo específico para a Educação com parte das
370 contribuições recebidas pelo Sistema ‘S’; interesse do SESC em conhecer
371 melhor o projeto do governo federal para assim poder avaliar a situação com o
372 Diretor do SESC, Danilo Miranda, conselheiro do CNPC; aprofundar as questões
373 envolvidas o SESC poderá trabalhar para impedir a perda de recursos
374 fundamentais investidos na Cultura”. Após exposição da matéria, o Sr.
375 **Gustavo Vidigal** (Coordenador Geral do CNPC) solicitou aos conselheiros a
376 possibilidade de inclusão da matéria apresentada. O Sr. **João Roberto C. do**
377 **Nascimento** (Frente Nacional de Prefeitos) opinou ser contra a inclusão da
378 matéria nessa reunião, solicitando que o Conselho verificasse a objetividade da
379 pauta, pois até o presente momento ainda não havia sido possível entrar nos
380 méritos dessa reunião. A sua preocupação diz respeito ao Caderno de Diretrizes
381 que será levado para debate público, portanto é necessário que o mesmo tenha
382 a posição do Conselho, desta forma o assunto “in loco” poderá ser apreciado e
383 deliberado na próxima reunião do Conselho e se o assunto for importante e
384 necessário o CNPC deverá realizar reunião extraordinária, desta maneira, a
385 pauta dessa reunião não seria prejudicada e os assuntos principais seriam

386 apreciados e deliberados. O Sr. **Juca Ferreira** (Secretário-Executivo do MINC)
387 foi favorável à inclusão da matéria. Sobre o tema, o Coordenador Geral do
388 CNPC expôs a dinâmica do encaminhamento, a saber: Proposta 1: inclusão da
389 matéria na pauta. Proposta 2: não inclusão da matéria na pauta. Colocada em
390 regime de votação a proposta 1 obteve 13 votos, sendo que a proposta 2
391 obteve 12 votos, desta forma, aprovada a inclusão da matéria na pauta.
392 Encaminhamentos da matéria. Com a finalidade de esclarecer o processo do
393 Sistema "S" e o Projeto do governo Federal o Conselho convidou o Ministro da
394 Educação Fernando Haddad para comparecer na continuidade da reunião no
395 dia 04/06/08, o qual atendeu a solicitação, informando que se faria presente às
396 14h00min. Na continuação, passou-se para a análise e deliberação do item 7 -
397 Item 7 - Grupo de trabalho: Decreto n 5.520/2005 - Apresentação do Relatório:
398 Conselheira **Patrícia Canetti**. A relatora da matéria informou que as questões
399 colocadas no relatório foram levantadas no plenário da reunião passada por
400 ocasião da apreciação do Regimento. Logo em seguida, procedeu a leitura do
401 relatório listando os 10 itens com inclusões e alterações. Após conclusão da
402 leitura decorreu o debate o qual foi aprovado à nova ordem para o Artigo 7º. O
403 conselheiro **Michel Etlin** (Associação Nacional das Entidades Culturais)
404 solicitou que a matéria fosse aprovada no dia seguinte objetivando ter tempo
405 hábil para apreciação do relatório. Sobre a solicitação, o Sr. **Gustavo Vidigal**
406 (Coordenador Geral do CNPC) informou que o requerimento do conselheiro
407 Michel era regimental, visto que, era um pedido de vista. Dados todos os
408 esclarecimentos e organização dos trabalhos do dia, o Coordenador Geral do
409 CNPC **Gustavo Vidigal** encerrou a reunião, solicitando aos conselheiros que
410 fossem pontuais no segundo dia de reunião. **Dia 04/06/08** - Os trabalhos da
411 2ª Reunião Ordinária do CNPC foram reiniciados com a socialização da pauta
412 ficando assim determinada: Período matutino: aprovar o relatório do grupo de
413 trabalho, com as propostas de alteração do Decreto; aprovar o Relatório com a
414 Proposta de Regimento Interno do Colegiado setorial e relatório da comissão
415 temática do Plano Nacional de Cultura. Período Vespertino: 14h00min Presença
416 do Ministro Fernando Haddad – discussão das propostas de modificação na
417 contribuição do sistema "S"; 16h00min apresentação do "Programa Mais

418 Cultura". Logo em seguida, o Sr. **Gustavo Vidigal** (Coordenador Geral do
419 CNPC) colocou para apreciação e deliberação a Moção da Dança. Na seqüência,
420 passou-se para a apreciação e deliberação do Item 2 - Apreciação e deliberação
421 da Moção da Dança. Relatores: Conselheiros: **Álvaro Santi** (Música Erudita) e
422 **Dulce Lamego Silva** (Dança); Moção da Terra Indígena Raposa Serra do Sol.
423 Relator: Laymert Garcia (Indicação do Ministro). O Coordenador Geral do CNPC
424 Sr. **Gustavo Vidigal** procedeu à leitura da Moção redigida pelo conselheiro
425 **Laymert Garcia** (Indicação do Ministro), a saber: "Considerando que mais de
426 230 povos indígenas que habitam no território nacional devem ser considerados
427 como uma enorme riqueza cultural cuja contribuição é decisiva para a própria
428 idéia de Brasil; que a constituição de 1988 nos consagrou como país pluri-
429 étnico e culturalmente diverso; e que o Brasil é signatário da Declaração dos
430 Direitos dos Povos Indígenas das Nações Unidas, da Resolução 169 da
431 Organização Internacional do Trabalho, da Convenção sobre Diversidade
432 Biológica, do Tratado Internacional da FAO sobre Recursos Fitogenéticos para a
433 Alimentação e a Agricultura e da Convenção sobre a Proteção e a Promoção da
434 Diversidade das Expressões Culturais, Todos Tratados internacionais que
435 defendem direitos dos povos indígenas. O Conselho Nacional de Política
436 Cultural, órgão colegiado do Ministério da Cultura, vem reafirmar a importância
437 do reconhecimento dos direitos territoriais indígenas para a sobrevivência física
438 e cultural desses povos e, portanto, para a própria diversidade cultural
439 brasileira. E vem, ainda, externar sua preocupação com o desfecho das ações
440 que questionam a finalização do processo de demarcação da Terra Indígena
441 Raposa Serra do Sol, no estado de Roraima, em curso no Supremo Tribunal
442 Federal". Na continuação procedeu-se ao debate e considerações sendo
443 colocada em regime de votação, sendo aprovada com abstenção do conselheiro
444 **Michel Etlin** (Associação Nacional das Entidades Culturais). O conselheiro
445 **Álvaro Santi** (Música Erudita) apresentou a Moção elaborada por ele e a
446 conselheira Dulce (Dança). A Moção propõe o seguinte: "Moção pela revisão da
447 lei 11.091 de 12 de janeiro de 95. Reunido em Sessão Ordinária o Plenário do
448 Conselho Nacional de Política Cultural, considerando o relevante papel
449 desempenhado pelas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) através de

450 suas atividades de extensão universitária, para o fomento e a qualificação da
451 produção cultural brasileira, recomenda ao Congresso Nacional e ao Ministério
452 da Educação a revisão do Anexo II da Lei 11.091 de 12 de janeiro de 2005, que
453 “dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-
454 administrativos em Educação no âmbito das instituições federais de ensino
455 vinculadas ao Ministério da Educação e dá outras providências”. Justifica-se a
456 revisão da referida lei em virtude de que os requisitos mínimos exigidos para o
457 exercício de diversos cargos de nível superior na área artística (tais como os de
458 coreógrafo, iluminador e produtor cultural, por exemplo), encontram-se em
459 flagrante descompasso tanto com o mercado de trabalho dessas profissões
460 quanto à própria oferta e currículos dos cursos de graduação atualmente
461 existentes no Brasil. A atual redação da lei, portanto, causam prejuízos tanto as
462 IFES, que correm o risco de não preencher as vagas existentes, ou preenchê-
463 las com técnicos de perfil inadequado; quanto aos profissionais injustamente
464 impedidos de concorrer a elas, entre estes muitos egressos das mesmas
465 Universidades Federais”. Concluída a apresentação, seguiram-se às inscrições
466 que dão início às discussões sobre a matéria. A conselheira Sra. **Maria das**
467 **Graças M. Castro** (Livro e Leitura) colocou ser importante lembrar que o
468 plano de carreira especificamente na federal tem enfrentado uma série de
469 problemas com cargo extintos. Com a discussão do plano de carreira
470 encaminhado pelo sindicato dos técnicos administrativos há um descompasso
471 muito grande entre o técnico de nível superior e o técnico de nível médio,
472 portanto é necessário ter outra frente junto ao sindicato nacional dos técnicos
473 administrativos objetivando ter êxito na alteração pretendida. Sobre a
474 colocação da conselheira Graça (Livro e Leitura), A Sra. **Dulce Lamego Silva**
475 (Dança) esclareceu que, o que estava sendo solicitada na Moção era verificar a
476 existência de um grupo de profissionais que está tendo seus direitos violados
477 havendo um equívoco no anexo da relação entre ocupação e exigência de
478 formação, deste modo, o CNPC pode se posicionar diante um equívoco de uma
479 lei pública, uma lei que vale para todos. Na continuação, o conselheiro **Celso**
480 **Frateschi** (MINC) rememorou que o tema da Moção havia gerado uma
481 discussão enriquecedora no dia anterior com as colocações dos conselheiros:

482 **Juca Ferreira** (Secretário-Executivo do MINC) e **André Lázaro** (MEC), e de
483 acordo com o seu ponto de vista, a Moção restringia a perspectiva da discussão
484 citada. A seguir exemplificou a situação da USP com relação ao ensino das
485 artes, designadamente as artes cênicas, definindo o papel do professor artista e
486 do artista professor cargo desenhado pela UNICAMP e única a ter avanço na
487 especificidade da profissão. Na continuação sugeriu que o referido tema fosse
488 merecedor de um grupo temático devido a sua amplitude a fim de que possa
489 avançar nessa questão de forma mais ampla objetivando incorporar os diversos
490 saberes da era tecnológica para o aperfeiçoamento técnico e de profissionais
491 extremamente qualificados. Devido à complexidade do tema, sugeriu que o
492 Conselho aprofundasse futuramente o tema. Ainda sobre o tema, o conselheiro
493 **Álvaro Santi** (Música Erudita) colocou que todas as colocações feitas nessa
494 reunião ampliavam a discussão, pois era conhecedor de pessoas graduadas nas
495 diversas áreas artísticas, mas que não conseguia vislumbrar a possibilidade de
496 um concurso específico na área de produtor cultural nas universidades
497 brasileiras. Em seguida, o tema foi amplamente debatido com sugestões de
498 encaminhamentos que foram acatadas pelo Plenário. Colocada em regime de
499 votação a Moção foi aprovada condicionada a que seja feito um aditivo
500 registrando da necessidade da criação de um grupo de trabalho para estudar a
501 revisão da mesma. Encaminhamentos da matéria: Criação de um grupo de
502 trabalho para a revisão da Moção de revisão da lei 11.091. Depois de feita a
503 revisão da Moção, os relatores deverão informar a Coordenação do CNPC para
504 onde a mesma deverá ser encaminhada. Na continuidade dos trabalhos passou-
505 se para a análise e deliberação do Item 3 - Aprovação do Relatório do GT, com
506 as propostas de alteração do Decreto 5.520. Nova ordem para o Artigo 7º com
507 alterações sugeridas em plenário. Inciso VI passa para I, trocando o verbo
508 estabelecer por propor. Sugestão: "propor orientações, diretrizes, deliberações
509 normativas e moções pertinentes aos objetivos e atribuições do SFC". Após
510 votação foi consensuado a manutenção do texto original. Consenso: Manter a
511 palavra "estabelecer". Inciso I – passa para II, incluindo o verbo propor: propor
512 e aprovar, previamente ao encaminhamento à coordenação-geral do SFC
513 tratada no inciso I do Art 3º, as diretrizes gerais do Plano Nacional de Cultura.

514 Aprovado com um voto contrário. Inciso II passa para III, trocando o verbo
515 fiscalizar por avaliar: “acompanhar e avaliar a execução do Plano Nacional de
516 Cultura”. Aprovada alteração com dois votos contrários. Inciso III e IV se reúne
517 no IV, com nova redação mais abrangente, sem citar qualquer legislação ou
518 diretriz atual, para evitar riscos de desatualização precoce: “acompanhar e
519 avaliar a aplicação de recursos provenientes do sistema federal de
520 financiamento da cultura e propor medidas que concorram para o cumprimento
521 das diretrizes estabelecidas no Plano Nacional de Cultura”. Consenso: acatada a
522 sugestão do GT; Inciso V ganha uma redação mais detalhada: “apoiar os
523 acordos e pactos entre os entes federados com o objetivo de estabelecer
524 efetiva cooperação federativa necessária à consolidação do sistema federal de
525 cultura”. Consenso: aprovada a redação sugerida pelo GT. Inciso VII passa para
526 VI, sem alterações; “estabelecer cooperação com os movimentos sociais,
527 organizações não-governamentais e o setor empresarial”. Consenso: acatada a
528 sugestão do GT. Inciso VIII passa para VII, sem alterações: “incentivar a
529 participação democrática na gestão das políticas e dos investimentos públicos
530 na área cultural”. Inciso IX passa para VIII, sem alterações: “delegar às
531 diferentes instâncias componentes do CNPC a deliberação, fiscalização e
532 acompanhamento de matérias”. Acatada a sugestão do GT. Inciso X passa para
533 IX, sem alterações: “aprovar o regimento interno da Conferencia Nacional de
534 Cultura”. Acatada a sugestão do GT. Inciso XI passa para X, sem alterações:
535 “estabelecer o regimento interno do CNPC, a ser aprovado pelo Ministro de
536 Estado da Cultura”. Acatada a sugestão do GT. Novo inciso XI, objetiva dar ao
537 plenário a capacidade de alterar a sua composição: “alterar, aumentando ou
538 diminuído sua composição com vistas à sua atualização e à manutenção do
539 equilíbrio do número de representantes do Poder Público e da sociedade civil,
540 por meio de votação simples”. Após votação foi consensuado a inclusão da
541 palavra “equilíbrio”. 2 – Atualização do Artigo 9º para refletir as mudanças
542 ocorridas: “compete aos Colegiados Setoriais fornecer subsídios para a
543 definição de políticas, diretrizes e estratégias dos respectivos setores culturais
544 de que trata o art. 12, e apresentar as diretrizes dos setores representados no
545 CNPC, previamente à aprovação prevista no inciso II do art. 7º”. Acatada a

546 sugestão do GT. 3 – alteração do Inciso I do parágrafo 1º, do art. 12, com
547 inclusões sugeridas em plenário: I – dezoito representantes do Poder Público
548 Federal, da seguinte forma: j) um do Ministério das Comunicações; k) um do
549 Ministério do Trabalho e Emprego; l) um da Secretaria-Geral da República; m)
550 um da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República. Sugestão
551 acatada de transformar o § 1º do art. 12 em art. 13. O antigo artigo 12
552 receberá as devidas emendas de alterações quanto à composição do plenário
553 no decorrer de 15 dias, ficando sob a responsabilidade dos conselheiros
554 enviarem as devidas contribuições no prazo determinado. 4 – alteração do
555 inciso VI do parágrafo 1º, do art. 12, com inclusões sugeridas em plenário: a)
556 dez representantes das áreas técnico-artísticas, indicados pelos membros da
557 sociedade civil nos colegiados setoriais afins ou, na ausência destes, por
558 escolha do Ministro de Estado da Cultura, a partir de listas tríplices
559 apresentadas pelas associações técnico-artísticas pertinentes às áreas a seguir,
560 em observância de norma a ser definida pelo Ministério da Cultura: arte digital,
561 arquitetura. 5 – alteração da alínea i do inciso VI, do parágrafo 1º, do art. 12,
562 por sugestão da titular da área e de sua base de atuação: arte digital. 6 –
563 Inclusão dos incisos XIII e XIV no parágrafo 1º, do art. 12, com sugestões do
564 plenário: um representante do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e um
565 representante da Sociedade Brasileira para o progresso da Ciência – SBPC. 7 –
566 Alteração do parágrafo 2º, do art. 12, com inclusões sugeridas em plenário:
567 “poderão compor, ainda, o Plenário do CNPC, na condição de conselheiros
568 convidados, sem direito a voto, um representante de cada órgão ou entidade a
569 seguir indicados, entre outros: Academia Brasileira de Música, Ministério Público
570 Federal, Comissão de Educação do Senado Federal e Comissão de Educação e
571 Cultura da Câmara dos Deputados. Os itens 4, 5, 6 e 7 acima receberão as
572 devidas emendas de alterações no decorrer de 15 dias, ficando sob a
573 responsabilidade dos conselheiros enviarem as devidas contribuições no prazo
574 determinado. 8 – Alteração da redação do Art. 17 com a inclusão de dois
575 parágrafos, conforme sugerido em plenário: Art. 17 – “as reuniões do plenário
576 do CNPC serão realizadas ordinariamente em Brasília”. Foi consensuado que a
577 redação deveria agregar a palavra “preferencialmente”: “as reuniões do

578 plenário do CNPC serão realizadas ordinariamente e preferencialmente em
579 Brasília". Parágrafo 1º, as despesas dos representantes do Poder Público, das
580 entidades empresariais, das fundações e dos institutos correrão às expensas
581 das respectivas instituições". Parágrafo 2º, os membros representantes da
582 sociedade civil terão as despesas de deslocamento e estadas pagas à conta de
583 recursos orçamentários do Ministério da Cultura. Foi aprovada por consenso a
584 inclusão dos 2 parágrafos. 9 – Correção dos arts. 18 e 19, mudando "CNPC"
585 para "Plenário do CNPC". Art. 18, as reuniões do Plenário do CNPC serão
586 instaladas com a presença de no mínimo, cinqüenta por cento dos conselheiros
587 presentes. Art. 19, as decisões do Plenário do CNPC serão tomadas por maioria
588 simples de votos, à exceção das situações que exijam quorum qualificado, de
589 acordo com regimento interno. Aprovadas por consenso as alterações aos arts.
590 18 e 19. 10 – Quando da alteração e publicação da nova redação deste decreto,
591 o Regimento Interno do CNPC deverá ser revisado e atualizado (recomendação
592 do Grupo de Trabalho). Alteração do Inciso VI, do § 1º, do Artigo 12, com
593 inclusões sugeridas em plenário. Subitem amplamente debatido com várias
594 sugestões de redação e encaminhamentos. Encaminhamento da matéria: Os
595 conselheiros deverão redigir um texto para o Artigo 12 com a inclusão de novos
596 membros e deverão encaminhar até o dia 16/06/2008 para a Coordenação de
597 CNPC. Item 4 - Informe do Ministro da Educação Fernando Haddad sobre o
598 Sistema "S": O **Ministro Fernando Haddad** (MEC), iniciou o seu relato
599 fazendo um panorama da atual situação educacional brasileira. Em seguida,
600 abordou sobre o que tem afetado e afligido o Ministério da Educação colocando
601 que no âmbito do Conselho Nacional de Cultura poderia estar tratando do
602 assunto de maneira a trabalhar conceitos mais instigantes do que aqueles
603 trabalhados quando se encontra na mesa de negociação com dirigentes do
604 Sistema "S", visto que, os mesmos são empresários e, portanto possui um
605 jargão, uma maneira de ver o mundo e suas necessidades. O Ministério da
606 Educação tem necessidade de dialogar com pessoas diferentes e que vivem de
607 forma diferente da vislumbrada por esse Ministério no que se refere ao futuro
608 do país. O debate que vem ocorrendo com o Sistema "S" e o MEC está sendo
609 difícil em virtude dos conceitos diferenciados na mentalidade do empresário e

610 do educador, uma vez que, as perspectivas são muito desiguais e assimétricas.
611 Informou ainda, que o debate está oportunizando-o de poder dialogar com uma
612 parte tão diferente da que está acostumado lidar, pois o MEC negocia com
613 Secretários Municipais e Secretários Estaduais de Educação, Professores
614 organizados nas suas Associações, CNTE e Sindicatos e geralmente de
615 trabalhadores. Dialogar com os Sindicatos dos Patrões para tratar Educação
616 tem sido uma experiência enriquecedora, uma vez que, a agenda da Educação
617 não está e nunca esteve presente na agenda do empresariado brasileiro. Na
618 pauta histórica de reivindicações do empresariado sempre esteve presente a
619 pauta clássica: redução de juros, câmbio favorável, diminuição da carga
620 tributária, subsídios para melhorar a distribuição geográfica das atividades
621 produtivas e renúncia fiscal. Complementou que desde 2005 tem procurado
622 aproximar-se de certas lideranças empresariais modernas e possuidoras de uma
623 visão de futuro diferente da tradicional para sensibilizar o empresariado para a
624 pauta da educação. O investimento na formação das pessoas nunca foi
625 prioridade no país. Já o investimento em infra-estrutura, o investimento nas
626 empresas esses sim eram considerados investimentos dignos da atenção do
627 empresariado e da classe política. Sobre os investimentos na área educacional
628 corroborou que os investimentos em educação como proporção do PIB na fase
629 áurea do crescimento era de 1,6%. Atualmente encontra-se no patamar de 4%,
630 sendo que o percentual ainda é considerado insuficiente, porque o mundo
631 inteiro está cada vez investindo mais em educação, desta forma, o ideal seria
632 ter como meta superar esse percentual de 4% de investimento do PIB em
633 educação caso exista a intenção de saldar a dívida educacional e assim,
634 endereçar uma agenda de desenvolvimento que contemple a formação, criando
635 um ambiente de desenvolvimento sustentável duradouro para o país. Foi
636 instalada uma Câmara Técnica de negociações com as Confederações
637 Nacionais, tanto da indústria quanto do Comércio, essa ação foi implantada
638 depois de ter sido acertado junto ao Ministério da Fazenda e do Trabalho
639 princípios norteadores de uma proposta de mudança do Sistema "S", pois o
640 mesmo tem 60 anos e nunca passou por uma revisão legislativa, apenas o
641 regimento e estatuto foram revisados, porém a legislação continua a mesma

642 dos anos 40. A inquietação do Ministério da Educação no último período e
643 objeto de discussões por parte das Conferências Nacionais. Três Conferências
644 Nacionais aprovaram Moções recomendando que o MEC interagisse com o
645 Sistema no sentido da reforma profunda do Sistema. Na Conferência Nacional
646 de Educação Profissional, o CONSEDE - Conselho Nacional de Secretários
647 Estaduais de Educação reivindicou que o MEC se debruçasse sobre o assunto.
648 Os Secretários Municipais da Educação estão solicitando também providências,
649 bem como, todas as Centrais Sindicais que tem na sua pauta de reivindicação
650 histórica o desejo de participar mais da gestão dos recursos do Sistema, que
651 são recursos públicos geridos por instituições privadas. Não é interesse de o
652 governo estatizar o Sistema, muito menos de intervir no Sistema, trata-se de
653 repactuar as regras de repartição do recurso dentro do próprio Sistema e não
654 fora dele. Foram realizadas duas reuniões muito produtivas com os técnicos das
655 Confederações nas quais, o MEC pontuou da necessidade ter uma regra de
656 partição dos recursos dentro do Sistema, especificamente as agências de
657 formação, SENAC e SENAI. A repartição dos recursos entre os departamentos
658 regionais do SENAI e SENAC deve ter alguma cláusula de desempenho, porque
659 é muito desigual o desempenho dos departamentos regionais no país, uma vez
660 que, existem departamentos que sem dúvida nenhuma estão pelo menos no
661 caminho certo, porém, existem departamentos regionais que estão
662 completamente em discrepância com o que se poderia chamar de formação
663 profissional, sendo assim, é necessário que se valorize o desempenho na
664 atuação ao atendimento ao trabalhador na repartição pelo menos, senão na
665 totalidade, pelo menos uma parte dos recursos. Essa tese foi acatada pelas
666 duas Confederações. O dinheiro público deve financiar gratuidade, desta forma,
667 a questão da gratuidade é o pilar da proposta do MEC, pois assim, estaria se
668 resgatando a missão histórica e a tradição do Sistema "S" desde a sua fundação
669 até o início dos anos 80. O MEC propôs ainda que se estabeleçam vínculos
670 entre a Educação Profissional e a Educação Regular, uma vez que, não é
671 possível admitir nos dias atuais tratar o trabalhador de forma pior do que se
672 tratava há 20 anos. Em seguida, exemplificou: "não tem cabimento o Sistema
673 que capacitou, formou o Presidente da República num curso de um ano e meio,

674 hoje oferecer cursos que em média tem 80 horas de duração, começando por 6
675 horas de duração chamar isso de formação profissional”. Em seguida, ressaltou
676 a importância de estabelecer itinerários formativos no âmbito da Educação
677 Profissional e compatibilizá-los com o aumento da escolaridade do trabalhador,
678 portanto, esse princípio deveria ser observado pelo Sistema “S” em todas as
679 suas dimensões. Na continuação, informou que havia sido lançado o desafio de
680 inversão das alíquotas do Serviço Social e da Educação. Atualmente, o Serviço
681 Social arrebanha 60% dos recursos contra 40 da Educação. Em seguida,
682 colocou contundentemente que Serviço Social não era cultura. Serviço Social é
683 farmácia popular, restaurante popular. Serviço Social no Brasil engloba um
684 conjunto enorme de atividade por esse motivo o nome de Serviço Social. Alguns
685 dirigentes colocaram que o MEC estaria cometendo o equívoco inverso se fosse
686 feita a proposta de alteração das alíquotas, chegando a propor que isso fosse
687 estabelecido meio a meio entre Serviço Social e Educação. Essa tese passou por
688 uma evolução nos debates travados, uma vez que, é interesse do MEC
689 desmercantilizar a Educação e a Cultura no âmbito do Sistema, por entender
690 que o mesmo estava fortemente mercantilizado, pois em anos anteriores não
691 existiam cursos pagos no âmbito do SENAC e SENAI. Atualmente são raros os
692 cursos do SENAC serem oferecidos gratuitamente, raros não, nulos. Não
693 existem notícias, nem pesquisas que informem a existência de um curso que
694 tenha sido oferecido gratuitamente dentro do SENAC. No âmbito do SENAI
695 existem relatórios informando que 50% dos cursos são pagos, embora haja a
696 contribuição compulsória de quase 9 bilhões de reais ao ano, volume de recurso
697 superior ao destinado para o Ensino Médio Público do país. Desta forma, há
698 necessidade de desmercantilizar para que possa se restabelecer um padrão de
699 atendimento que tenha a gratuidade como princípio e não a oferta de serviços
700 pagos. Debater a gratuidade é tratar de tudo que se refere ao Sistema, não só
701 a questão da Educação, mas também a questão do Serviço Social, por esse
702 motivo é necessária restabelecer esse princípio, visto que, houve um
703 desvirtuamento da missão histórica do Sistema, que é o atendimento e a oferta
704 de bens e materiais para o conjunto da classe trabalhadora que é de fato quem
705 sustenta o Sistema ao trabalhar uma semana por ano para que a contribuição

706 compulsória possa ser efetivada. Colocou ainda, sobre estabelecer nexos entre
707 a formação do trabalhador e o acesso aos bens oferecidos pelo Serviço Social
708 do próprio Sistema, para tanto é necessário romper com a dicotomia existente
709 em alguns lugares e de forma dramática entre a formação aligeirada oferecida
710 para o trabalhador que em geral paga para além do que contribui em folha e
711 em serviços que nem sempre estão à disposição desse mesmo público. O
712 Sistema tem que se aproximar do perfil daqueles que atendem de maneira hoje
713 diferenciada, restabelecendo e praticando no âmbito federal a ação conjunta,
714 potencializando os seus efeitos recíprocos, na perspectiva da não fragmentação
715 do indivíduo e da sua formação que deve ser a mais ampla possível. O estágio
716 da discussão atualmente é a seguinte: foram instituídos na mesa de negociação
717 esclarecimentos sobre os princípios a fim de que não pairasse dúvidas sobre o
718 desejo do governo que nunca se dispôs a apropriar-se desse recurso cuja
719 gestão na opinião do MEC deve continuar no âmbito do Sistema, mas é
720 imprescindível que sejam estabelecidas regras de repartição, uma vez que, é
721 legítimo que se tenha essa ação, pois é a legislação que rege e cria a normativa
722 adequada para estabelecer o destino desse recurso. Na mesa de negociação
723 foram abordadas questões por mérito e desempenho, as quais estão sendo
724 amplamente aprofundadas, a saber: gratuidade, itinerário formativo,
725 escolaridade, agenda transversal que é a questão da transparência, pois muitas
726 vezes as pessoas se referem ao Sistema "S" como caixa preta, porém, o MEC
727 não o enxerga dessa maneira, uma vez que, se o Sistema está cumprindo com
728 as obrigações legais de entregar os seus relatórios para o TCU e o AGU não
729 pode ser chamado de caixa preta, pois ele está cumprindo com o estabelecido
730 na lei. A transparência pactuada diz respeito ao grau de transparência do uso
731 dos recursos que não deveria ser inferior a do próprio setor público. Atualmente
732 o setor público tem determinado o grau de transparência de maneira que
733 qualquer pessoa possa entrar na Internet e ter informações acerca dos gastos
734 do Ministro com diária, passagens, alimentação, viagem internacional. Desta
735 forma, entende-se que é preciso atuar também no grau da transparência da
736 prestação de contas permitindo que o cidadão comum fiscalize esses recursos.
737 Hoje em dia, o grau de transparência das contas do Sistema é insuficiente

738 porque ele não chega nem perto da transparência que o próprio setor público
739 construiu ao longo dos últimos anos. Desta forma, em se tratando de uma
740 contribuição compulsória, é conveniente que a sociedade acompanhe como está
741 sendo feita essa aplicação. Em seguida, registrou que o Sistema "S" não
742 funcionava como Sistema, por conseguinte ele não era merecedor sequer desse
743 nome, uma vez que, o mesmo não funcionava como Sistema e sim como
744 compartimento com um grau de autonomia bastante acentuada sendo também
745 construída ao longo das últimas duas ou três décadas. O papel do
746 Departamento Nacional é que deveria emitir diretrizes para os Departamentos
747 Regionais e esse papel se desfez, sendo assim, não há nenhuma
748 compatibilidade entre as ações desempenhadas pelo SENAC, SENAI, SESC e
749 SESI. Dentro dessas instituições existe uma pluralidade de diretrizes que são
750 desenvolvidas por algumas com muita competência. Corroborou ainda, sobre a
751 constatação do grupo de trabalho que o Departamento Regional havia perdido
752 prerrogativas importantes no estabelecimento de diretrizes que no mínimo
753 compatibilizassem as políticas voltadas para a formação do trabalhador no
754 sentido pleno: Educação, Cultura, Lazer e Esporte. Essa perspectiva precisa ser
755 resgatada. Na seqüência, colocou que no decorrer dos dois meses o MEC havia
756 passado por um processo de amadurecimento dos conceitos e atualmente o
757 clima para o debate e entendimento junto ao Sistema "S" era favorável ao
758 consenso. Dando seqüência, o **Sr. Juca de Ferreira** (Secretário-Executivo do
759 MINC) questionou o Sr. Ministro a veracidade sobre a transferência dos
760 recursos que aplicados na área Cultura para a Educação, pois esta informação
761 tem causado uma certa inquietação, uma vez que, o sistema tem uma atividade
762 cultural intensa. Sobre a indagação do Sr. Juca, o Ministro Fernando Haddad
763 esclareceu que há dois meses o MEC tinha como entendimento inverter as
764 porções, não retirando recursos de um lado para outro, mas sim imaginar uma
765 trajetória de inversão em que à parte da Educação que durante 60 anos havia
766 ficado com 40% ficasse com 60% no próximo período, entretanto constatou-se
767 a existência de duas objeções consideradas procedentes. Primeiro: o MEC
768 cometeria um erro inverso, pois se existe uma falha na repartição, e o erro
769 seria simétrico, pois se o MEC está na busca da compatibilização das

770 perspectivas de atuação do Serviço Social e da Formação Profissional esse
771 assunto não era tão importante como se julgava ser inicialmente, assim sendo,
772 passou-se a trabalhar perspectivas de mitigar a clivagem estabelecida em
773 algumas localidades entre o Serviço Social e a Formação Profissional. Clivagens
774 de mundos que não se conversa, portanto, o objetivo é aproximar essas duas
775 áreas e tentar potencializar a ação. Dados os esclarecimentos foi passada a
776 palavra aos presentes, o Conselheiro **Danilo Santos de Miranda** (Sistema S)
777 informou ser Diretor do SESC de São Paulo e representante do Sistema S nesse
778 Conselho e, portanto tinha muito a ver com o exposto pelo Sr. Ministro
779 enfatizando que o momento era oportuno para o diálogo público diante do
780 CNPC para tratar sobre o Sistema S, por conseguinte sentia-se provocado para
781 refletir sobre o Sistema S colocando ter concordado em grande parte nas
782 colocações do Ministro Haddad, mas que era importante registrar enquanto
783 representante do Sistema S estaria abordando sobre algumas questões que de
784 acordo com o seu ponto de vista eram fruto de desinformação ou ausência de
785 uma análise mais completa sobre algumas questões. Em seguida, colocou que
786 estaria envolvendo as questões expostas pelo Ministro com maior respeito e
787 consideração, uma vez que, reconhecia o trabalho atual do MEC, reconhecendo
788 ainda no Ministro Haddad uma pessoa atenta, abrangente, perspicaz e que,
789 portanto era merecedor de todo o respeito e consideração de todos. Em
790 seguida, enfatizou a não existência da perfeição, por conseguinte existiam
791 problemas em toda parte, entretanto os objetivos colocados há 60 anos e que
792 até hoje não sofreram modificações profundas, porém muitas transformações
793 ocorreram seja no plano mais expressivo e superficial. As Instituições foram
794 criadas dentro de uma perspectiva, com os objetivos definidos. O SESC sempre
795 objetivou o bem estar social do trabalhador, do comércio e do serviço, bem
796 como, a população em geral. O SENAC por sua vez sempre teve como objetivo
797 a formação profissional para as empresas. O SENAC prepara trabalhadores e
798 candidatos a empregos para a empresa. O SESC é o trabalhador do comércio. A
799 clientela principal do SENAI não é o trabalhador, é o aprendiz originalmente e
800 candidato a emprego na indústria. O financiamento é definido por lei. A
801 contribuição das empresas vai para o custo, para a sociedade, para o

802 trabalhador, mas a contribuição é das empresas. Não há contribuição direta de
803 empregado em hipótese alguma para o SESC, SENAC e SENAI, portanto é a
804 empresa que contribui, sendo o custo repassado para toda a cadeia, desta
805 forma, não concorda com a afirmação de que é o empregado que contribui,
806 pois essa afirmação não é verdadeira e não está prevista na lei. A contribuição
807 financeira de acordo com a Constituição e a lei tem caráter privado e não
808 pública, sendo ainda, compulsória por decisão do empresariado por ocasião da
809 criação das Instituições. O Sistema S tem compromissos de ordem pública, ela
810 tem controle de ordem pública e ela não presta contas apenas ao Tribunal de
811 Contas ou para CGU, existe fiscalização permanente do Tribunal de Contas e do
812 CGU, portanto existe um acompanhamento detalhado, embora a CGU imagine
813 que as Instituições sejam de caráter público e dispensar tratamento como se
814 fosse. Sobre a afirmação, o relator sugeriu que fosse consultada a Constituição
815 Brasileira no seu artigo 245. Em seguida colocou enfaticamente que a origem
816 do recurso era privada, embora o mesmo utilizado e fiscalizado, mas ele não é
817 de origem pública, pois ele tem o seu DNA definido. Logo após, informou que
818 Conselho Fiscal do SESC é subordinado tem maioria de representantes da área
819 pública, com representantes dos Ministérios sentados em todos os Conselhos.
820 Portanto, as informações provenientes nesse momento de que o Sistema está
821 fracassado e não atende os seus objetivos, nunca foram levados por
822 representantes dos Ministérios: Trabalho, Previdência e Educação para os
823 Conselhos. Em seguida, dirigiu-se ao Ministro Haddad colocando que talvez
824 tenha faltado um pouco mais de aproximação e diálogo para tentar verificar
825 melhor quais os caminhos que deveriam ser tomados com relação à origem
826 dessa proposta colocada pelo Ministro sobre a repartição do recurso. Quando as
827 Instituições foram idealizadas há 60 anos, os seus idealizadores não
828 implantaram o Sistema por um mero acaso e sim por estar sendo vivenciado na
829 ocasião um momento histórico especial de redemocratização do país em um
830 momento muito especial pós-guerra e que os empresários tomaram a iniciativa
831 de criar essas Instituições, logo afirmar que o empresário nunca pensou na
832 formação educacional e formação técnica era uma inverdade, visto que, os
833 objetivos educacionais se encontravam previstos na Carta da Paz Social. Em

834 seguida, expôs que o tema em questão tem sido motivo de inquietação de 120
835 mil funcionários ligados ao Sistema "S" do Brasil inteiro com a intenção do
836 governo de querer mudar e alterar a distribuição. O Sistema S representa a
837 diversidade absoluta desse país, pois é uma Instituição que tem a sua
838 adaptabilidade de acordo com as necessidades locais. Em partes do país existe
839 a preocupação, por esse motivo são estabelecidos planos de ação para o
840 Programa de Alfabetização, Programa de Alimentação e Programa voltado de
841 assistência quase que direta para as necessidades locais. Com relação às ações
842 do SESC implantadas no Brasil em suas grandes regiões, como também nas
843 periferias mais extremas informou sobre as primeiras instalações de caráter
844 cultural na área de Teatro, áreas de exposição, biblioteca, área de vídeo e
845 cinema e que até os dias atuais ainda se fazem presente, sendo assim é
846 inadmissível afirmar que os Departamentos Nacionais não cumprem com a sua
847 missão, sobretudo, porque a missão principal dos Departamentos Nacionais é
848 de realizar um trabalho de normatização geral sobre os grandes itens, planos
849 que estão consagrados e ligados à cultura, a saúde e a educação sendo
850 estabelecidos pelo Sistema. Informou ainda, que todo o Sistema S paga ao
851 governo brasileiro para recolherem para ele 3,5%, portanto é um serviço
852 prestado. A estrutura da Previdência era a única com capacidade suficiente
853 para poder arrecadar, por esse motivo foi atribuída a ela a responsabilidade de
854 arrecadar. Ela é remunerada por isso com 3,5% era 1% e de alguns anos para
855 cá passou para 3,5%, portanto não é um dinheiro público e distribuído pelo
856 governo para as Entidades. O empresariado vem cumprindo com a sua missão,
857 por conseguinte, as Instituições têm vida própria e realiza o seu trabalho. Na
858 seqüência, informou que todo o aparato do Conselho Fiscal era presidido pelo
859 Secretário Executivo do Ministério da Previdência e o Senhor Gabas era o
860 Presidente do Conselho Fiscal do SESC. São pessoas do governo que estão ali
861 dentro e verificando as contas diariamente. Para o Sistema S a educação está
862 no âmago, no centro, desta forma, as Instituições podem e devem ser
863 consideradas como Instituições Educacionais e de caráter permanente, uma vez
864 que no dia-a-dia as mesmas lidam com a questão da cidadania
865 permanentemente. As Instituições têm um compromisso e têm serviços

866 prestados e reconhecidos por todos ou quase todos os Ministérios presentes e
867 ainda existia um vínculo profundo com o Ministério da Cultura. Concluindo,
868 informou ao Ministro Fernando Haddad que estavam do mesmo lado, porém a
869 atitude equivocada e inadequada de tirar recursos da ação feita pelo Sistema
870 para a Educação Profissional precisava ser revista, uma vez que, o Sistema
871 tinha fundamentos nos documentos e nos princípios do próprio Ministério. Em
872 seguida, teceu elogios a apresentação do Sr. André Lázaro (MEC) colocando
873 que pela primeira vez havia percebido a existência de uma identidade e uma
874 identificação profunda entre aquilo que o Sistema desenvolve e aquilo que está
875 no âmago da questão que o Ministério propõe. Em seguida, parabenizou o
876 Ministro Haddad por ter revisto a sua posição com relação à questão dos 33%.
877 O **Ministro Fernando Haddad (MEC)**, referindo-se às considerações do
878 Conselheiro Danilo (Sistema S), esclareceu que embora a situação conflitante
879 tenha sido superada não desobrigava a pensar nos dois braços do "S" – SENAC,
880 SESI e SENAI na perspectiva de potencializar as ações voltadas para a
881 formação, portanto o tema que será trabalhado, uma vez que merecia essa
882 consideração. Em seguida, exemplificou a atuação do SESI, de São Paulo e do
883 investimento dos 70% dedicados à educação, desta forma, a existência desses
884 exemplos faz com que se acredite na possibilidade de uma perspectiva de
885 potencialização das ações de cada uma dessas partes. A contribuição
886 compulsória tem natureza de imposto e tributo, portanto precisa seguir as
887 regras do recurso público, mas esse fato é menos importante, embora seja
888 conveniente afirmar que pela natureza da forma como ele é arrecadado, ele
889 precisa ser político e moralmente tratado como se fosse público, pois as
890 pessoas não estão contribuindo voluntariamente. Finalizando, o **Ministro**
891 **Haddad** informou defender a natureza pública do recurso como uma questão
892 básica, pois quando a receita resolve desonerar um setor ou uma empresa ou
893 um segmento não consulta o Sistema "S". Tudo o que é colocado à disposição
894 do Controle Social melhora o trabalho. Por questão de princípio e não por aquilo
895 que está prevista na lei é defendido o grau de transparência equivalente ou
896 superior ao do próprio poder público não sendo cogitado um voto de
897 desconfiança em relação às contas. Faz-se necessário ainda, trabalhar na

898 perspectiva de quem seja os novos gestores do governo e do Sistema sejam
899 submetidos institucionalmente a regras de governança cada vez mais
900 transparente, cada vez mais clara e que permitam o acompanhamento da
901 sociedade nas suas múltiplas dimensões. Em seguida, a conselheira **Solange**
902 **Lima** (Audiovisual), informou da existência de Entidade nos 27 estados
903 brasileiros e que havia procurado manter um diálogo com o SESC/SENAC na
904 tentativa de desenvolver um trabalho de formação de mão-de-obra nos
905 estados, no entanto não havia sido possível devido à independência existente
906 do Sistema S, pois alguns estados tinham condições de atender como São Paulo
907 e a Bahia, mas em alguns estados foi inviável, o Sistema "S" sequer quis
908 dialogar com a equipe do Audiovisual. Procurado o Sistema S nacional a
909 resposta obtida foi que Sistema "S" tinha independência e não poderia estar
910 respondendo por todos os estados, visto que, cada um tinha sua autonomia.
911 Desta maneira foi irrealizável desenvolver um trabalho de base, onde se
912 pretendia fazer um resgate do audiovisual no Brasil como um todo, portanto
913 não foi possível formar parceria com cada estado nos Sistemas e nas ABDs que
914 são entidades sem fins lucrativos da Sociedade Civil Organizada, para fazer uma
915 busca da memória em cada estado do país, e em cima disso fazer um trabalho
916 de debate, de discussão e de pesquisa. Em seguida, solicitou ser informada
917 sobre quais os caminhos que deveria trilhar para obter êxito e assim formar
918 parceria e implantar o projeto. A conselheira **Dulce Rocha Lamego** (Dança)
919 dirigiu-se ao Ministro e informou que dirigia a Faculdade de Dança da
920 Universidade Federal da Bahia e se encontrava nesse momento representando
921 a Câmara Setorial de Dança e estava emocionada por encontrar-se diante dele,
922 pois nutria por sua pessoa profunda admiração e agradecimento como pessoa
923 de Universidade, pelo trabalho que via sendo desenvolvido. A seguir, colocou
924 que, embora existam diferenças nas ações do Sistema S nos diversos estados
925 há de ser levado em consideração o tripé do Sistema – educacional, social e
926 cultural. A parte cultural é uma preocupação de todos os artistas com relação
927 às mudanças que serão feitas, porém o Ministério da Educação deve ser
928 cauteloso com as mudanças previstas a fim de não prejudicar as ações
929 desenvolvidas na área cultural. Em continuação a matéria, o conselheiro

930 **Alfredo Manevy** (MINC) explanou ao Ministro que uma das questões
931 apontada nesse Conselho por vários conselheiros, no momento da redação e
932 constituição do Plano Nacional de Cultura havia sido a formação técnica como
933 um dos gargalos para o desenvolvimento cultural do país, fato visualizado nas
934 diversas áreas culturais, tais como: áreas de dança, na área de teatro,
935 cenógrafos, demandas técnicas das mais convencionais e tradicionais, bem
936 como aquelas apontadas como salto tecnológico que vem no Brasil e no mundo
937 e, portanto, apontavam desafio de atualizar essas áreas, do ponto de vista de
938 acesso à tecnologia, de preparar uma geração de profissionais para a chamada
939 economia da cultura. Concluindo, o conselheiro **Alfredo Manevy** (MINC)
940 questionou se não seria uma oportunidade identificar alguns eixos e área de
941 atuação e necessidades dos setores culturais e qual a possibilidade de na
942 repactuação, nos eixos, nas metas e diretrizes, preparar o país para uma
943 economia da cultura cada vez mais forte que requalifique os setores culturais
944 no sentido tecnológico e técnico. Em seguida, a conselheira **Patrícia Knust**
945 **Canetti** (Arte Digital) corroborou que a participação do Ministério da Educação
946 nessa reunião estava sendo extraordinária devido à interatividade entre a
947 Cultura e a Educação, visto que, nos diálogos travados havia sido possível
948 encontrar muitos objetivos comuns, e que, portanto, havia muitas ações a
949 serem trabalhadas em parceria, mesmo com as informações contraditórias
950 acerca do embate da perda de verba da Cultura e do SESC em relação a uma
951 demanda de recursos para a Educação. O Sr. **Álvaro Salmite** (Departamento
952 Nacional para os Órgãos) informou sobre as ações desenvolvidas pelo
953 Departamento Nacional em todos os estados brasileiros, a saber: Educação
954 Infantil – ação com crianças na faixa etária dos 4 aos 6 anos de idade; ação
955 SESC Ler no Amazonas e Nordeste e parte da região Centro-Oeste. O SESC Ler
956 a escolarização são 3 anos e não 10 meses. O Sr. **Romacil Kretã** (Povos
957 Indígenas) solicitou esclarecimento ao Ministro quanto à apresentação do Sr.
958 André Lázaro (MEC) que diz respeito sobre o pacote de medidas na questão
959 escolar indígena, bem como se a informação veiculada de que um indígena
960 estaria assumindo a coordenação da educação escolar indígena no Ministério da
961 Cultura. Informando ainda, que a apresentação havia sido enriquecedora

962 afirmando que se o pacote de medidas for concluído será muito benéfico para
963 povo indígena de todo o Brasil. Em seguida, solicitou informações detalhadas
964 do Ministro sobre a lei 11.465 que torna a obrigatoriedade em todas as escolas
965 públicas discutir a questão da Cultura Indígena. Colocou ainda, que era
966 importante e necessário ter as informações de como estava o processo e como
967 o próprio seria feito, uma vez, que ainda existia muita discriminação com o
968 índio na sociedade. Logo em seguida, a conselheira **Laura Cristina Maia**
969 (Associação Brasileira de Municípios) indagou ao Sr. Ministro Haddad: "para que
970 se possa lograr êxito com relação a essa parceria não seria necessário o
971 investimento na educação de base, no ensino básico, no ensino fundamental
972 com vistas a preparar esses alunos para ingressar nessas escolas técnicas? Em
973 seguida, o **Gustavo Vidigal** (Coordenador Geral do CNPC) colocou para o
974 Ministro que para o CNPC e em especial para a Cultura era muito importante
975 acompanhar de forma articulada todas as ações delineadas pelo MEC, visto
976 que, as mesmas não afetavam o cotidiano da cultura do país. Colocou ainda,
977 que apesar de ser a 2ª reunião desse Conselho, a apresentação do Sr. André
978 (MEC) foi importante, pois permitiu entender as várias possibilidades de
979 interface que a Educação tem no cotidiano da cultura, sendo assim, a sua
980 proposta era que na medida em que a discussão fosse caminhando, o
981 conselheiro André Lázaro (MEC) fosse pautando de maneira conseguir fazer a
982 sintonia entre o MEC e MINC. O Sr. **César Piva** (Inclusão Social Por Intermédio
983 da Cultura) informou a respeito do Projeto Escola Fábrica ou Fábrica Escola que
984 da formação do trabalhador brasileiro. Na seqüência, o Sr. **João Roberto C.**
985 **do Nascimento** (Frente Nacional de Prefeitos) expôs que acreditava estar
986 diante de um problema bastante complexo em função da dificuldade econômica
987 de recursos públicos na área da cultura, portanto após provocação feita pelo
988 Ministério da Educação seria fundamental e necessário repensar o Sistema,
989 entretanto, o Ministério por um lado tem que considerar todos os fatores
990 referentes à formação do trabalhador que não pode ser uma formação apenas
991 tecnológica. Tem que ter uma visão da cultura como parte da formação. O Sr.
992 **Juca Ferreira** (Secretário-Executivo do MINC) corroborou que diante do que
993 foi colocada, pelo Ministro Haddad e diversa conselheira do CNPC esta criada

994 uma oportunidade de repactuação geral. Sendo assim, o Ministério da Cultura
995 também quer discutir com o Sistema "S" objetivando afinar as metas e
996 objetivos e assim avaliar o que de fato existe de bom em algumas unidades. O
997 Sr. Ministro Fernando Haddad explanou que as pessoas no Brasil almejavam
998 uma revolução preservando tudo o que estava funcionando. De acordo com o
999 seu ponto de vista, é difícil fazer uma revolução sem mudanças. Quando se fala
1000 de uma reforma estrutural os princípios defendidos são aqueles que já foram
1001 assimilados e que requer um aprendizado em conjunto. No decorrer dos
1002 encontros com as Confederações muita coisa foi assimilada pelo MEC, portanto
1003 é possível chegar a um consenso dos fatos colocados à mesa de negociação. O
1004 Ministro Fernando Haddad respondeu de forma clara e objetiva os
1005 questionamentos feitos pelos conselheiros. Informou ainda, sobre a
1006 comemoração do centenário da rede e estará entregando 100 escolas para o
1007 país, assim como, não existia a menor pretensão do não reconhecimento dos
1008 benefícios do Sistema S para a educação do país, uma vez que as ações do
1009 Sistema eram evidentes. Concluindo, dirigiu-se ao conselheiro Danilo (Sistema
1010 S) colocando que podia estar garantindo que a sociedade estaria elogiando o
1011 trabalho que seria desenvolvido pelo MEC uma vez que, o mesmo se
1012 encontrava aberto e com muita disposição para o diálogo e com isso o Sistema
1013 seria fortalecido e não enfraquecido com as medidas que serão anunciadas. O
1014 Sr. **Juca Ferreira** (Secretário-Executivo do MINC) agradeceu ao Ministro
1015 Haddad (MEC) enfatizando que a presença e explanação havia sido de uma
1016 grande contribuição para o amadurecimento desse Conselho. Agradeceu ainda,
1017 ao Conselheiro André (MEC) pela brilhante apresentação, uma vez que, a
1018 mesma confirmou a pactuação conceitual entre o MINC e MEC. O conselheiro
1019 **Romacil Kretã** (Povos Indígenas) solicitou ao Ministro que o questionamento
1020 feito por ele fosse respondido, pois não poderia retornar sem a devida resposta
1021 para o Movimento Nacional dos Indígenas. O conselheiro **André Luiz Lázaro**
1022 (MEC) esclareceu o seguinte: que no início de julho estaria sendo realizado um
1023 Seminário Nacional sobre a lei 10.639. Foram feitos um conjunto de diálogos
1024 regionais sobre a implementação da lei para identificar indicadores e processos e
1025 com esse aprendizado serão montadas estratégias da lei 11.645 sobre cultura

1026 indígena na Educação Básica. Existe uma parceria muito grande com conjuntos
1027 de ONGs indígenas e indigenistas e já foi desenvolvido vasto material didático
1028 bilíngüe para as comunidades indígenas e com o apoio desse saber, será
1029 desenvolvido material didático para o Programa Nacional das Bibliotecas
1030 Escolares voltados para a Educação Infantil e Ensino Médio divulgando a cultura
1031 indígena, mas essa divulgação não será no abstrato, pois é preciso tentar sair
1032 da generalidade do índio para entrar na riqueza da variedade cultural, para que
1033 o brasileiro entenda que cada nação indígena tem uma cultura própria, tem
1034 uma riqueza e não cair naquela coisa mais genérica da existência de índio no
1035 Brasil. Sobre a proposta da Moção relativa à reserva Raposa Serra do Sol,
1036 colocou que esse tipo de debate a escola tem que viver. Na seqüência,
1037 informou ao conselheiro Kretã que estaria trazendo informações concretas a
1038 respeito da implementação da lei na próxima reunião do Conselho do CNPC.
1039 Encaminhamento da Matéria: Próxima reunião do Conselho: Informações
1040 concretas sobre a lei 11.645. Responsabilidade: André Lázaro (MEC). Item 5 –
1041 Informes Gerais: 1- O Sr. **Gustavo Vidigal** (Coordenador Geral do CNPC) deu
1042 os seguintes informes: A) – Sobre o funcionamento do Conselho: confirmações
1043 de presença dos titulares - Os titulares deverão confirmar presença nas
1044 reuniões CNPC vinte dias antes da reunião. Após essa data os conselheiros
1045 suplentes serão convocados. A presença deverá ser confirmada via e-mail
1046 cnpcc@minc.gov.br. B) – O regimento interno prevê o pagamento das
1047 passagens dos representantes da sociedade civil, quando os representantes da
1048 sociedade civil confirmar presença deverão informar a data e o trecho da
1049 viagem para que sejam providenciadas as passagens e hospedagens, após
1050 efetivação da compra das passagens, qualquer alteração do trecho e data será
1051 de responsabilidade do conselheiro. Caso o conselheiro necessite alterar o
1052 trecho, não haverá empecilho, desde que o mesmo efetue o pagamento por
1053 essa alteração. C) - Os canhotos ou os originais das passagens pagos pelo
1054 Ministério deverão ser devolvidos ao Ministério com a maior brevidade possível
1055 tendo em vista que o sistema de passagens do Planejamento exige que esse
1056 procedimento seja feito. 2 – O Sr. **Danilo Santos de Miranda** (Sistema S)
1057 informou a respeito do Comissário do ano da França no Brasil. Explicou ainda,

1058 que o mesmo era uma atividade que estaria acontecendo no ano de 2009 em
1059 contra partida de uma visão estratégica de interesse do governo. Corroborou
1060 ainda, que ele havia sido nomeado pelos Ministros: Gilberto Gil e Celso Amorim
1061 e pelo Presidente Lula para essa função. 3 – O Sr. José Roberto, informou: A) –
1062 A Associação Brasileira de Municípios integra o Comitê Federativo Brasil França,
1063 portanto a referida Associação se colocava a disposição do Conselheiro Danilo
1064 (Sistema S) para colaborar nesse evento. B) – Convite: A Associação Brasileira
1065 de Municípios realiza anualmente em Brasília um Seminário Internacional que
1066 trata sobre Federalismo e Políticas Públicas em parcerias com várias
1067 instituições. A referida Associação faz entrega de um prêmio na ocasião do
1068 evento em reconhecimento a boas práticas na área de gestão. Neste ano será
1069 homenageado o Ministério da Cultura, o Ministro Gilberto Gil, por duas
1070 iniciativas, a saber: a criação do Conselho Nacional de Políticas Culturais e o
1071 Programa “Mais Cultura”. 4 – A conselheira Sra. **Dulce Rocha Lamego Silva**
1072 (Dança) informou que estava distribuindo para os conselheiros alguns
1073 exemplares do seu livro “Analogias das Bobagens”. Sobre esse informe colocou
1074 que a existência do referido livro deu-se em função do patrocínio recebido pela
1075 Lei Rouanet. Foram feitas diversas doações, inclusive para o Ministério da
1076 Cultura. Foram doados 200 exemplares para o MINC, 200 para as Bibliotecas
1077 Estaduais e 200 para as Escolas de Circo. Item 6 - Reunião das Câmaras
1078 Setoriais. O Sr. **Gustavo Vidigal** (Coordenador Geral do CNPC) informou que a
1079 reunião das Câmaras Setoriais seria uma reunião de avaliação do seu passado.
1080 Uma reunião que tivesse essa avaliação deveria ter como foco as novas
1081 perspectivas que os colegiados haviam colocado para a questão, portanto não
1082 seria uma reunião casada com a discussão da proposta do Regimento Interno e
1083 sim definir o novo Estatuto jurídico dos Colegiados Setoriais e assim fazer a
1084 reunião do Colegiado setorial incluindo a proposta colocada na Câmara pelo Gt
1085 do Colegiado, a qual definia o mandato dos conselheiros de todas as Câmaras
1086 Setoriais até o final do ano de 2009 de modo a casar com a substituição dos
1087 representantes da Sociedade Civil nesse Conselho. Em seguida, colocou ser
1088 necessário agendar uma reunião extraordinária com o objetivo de apreciar e
1089 deliberar os pontos de pauta que não foram possíveis ser apreciados nessa

1090 reunião, sugerindo que a referida reunião fosse agendada para a última
1091 semana de junho ou no máximo na primeira semana de julho. Solicitou ainda,
1092 que constasse em Ata os itens de pautas que não foi possível serem abordados,
1093 a saber: avaliar os relatórios do Colegiado Setoriais; avaliar o relatório da
1094 Comissão Temática do Plano Nacional; fazer pequenas alterações pontuais no
1095 Regimento Interno com relação a nomes. Item 7 – Programa Mais Cultura. O
1096 Sr. **Juca Ferreira** (Secretário-Executivo do MINC), fez uma apresentação do
1097 Programa “Mais Cultura” para os Conselheiros, na oportunidade, destacou que
1098 o referido Programa tem como objetivo principal permitir maior acessibilidade à
1099 Cultura, uma vez que a mesma deve estar incluída no conjunto de prioridades
1100 do país, assim como, a Saúde, Habitação e Educação, dentre outras já
1101 consolidadas. Reiterou ainda, que uma das prioridades do Ministro Gil era
1102 permitir o acesso à Cultura de todo cidadão brasileiro, uma vez que, a Cultura é
1103 uma necessidade humana, portanto um direito de todo cidadão brasileiro, para
1104 tanto se faz necessário promover o acesso à cultura e diversidade brasileira. Na
1105 seqüência, muitas considerações foram feitas à apresentação do Secretário-
1106 Executivo do MINC, dentre elas: visita ao SITE do MINC objetivando inteirar-se
1107 das suas ações; solicitar apoio junto ao Ministério do Planejamento objetivando
1108 implantar as ações do Mais Cultura; convidar o Ministério da Fazenda para que
1109 se faça presente no CNPC e assim ter acesso as suas demandas; acelerar o
1110 processo de ações do Mais Cultura devido aos entraves que impedem de
1111 agilizar. Item 7 – Encaminhamentos Gerais: A - Reunião extraordinária: Tema:
1112 Plano Nacional de Cultura; avaliar os relatórios do Colegiado Setoriais; avaliar o
1113 relatório da Comissão Temática do Plano Nacional; fazer pequenas alterações
1114 pontuais no Regimento Interno com relação a nomes. (junho ou início de
1115 julho). B - Reunião de balanço das Câmaras Setoriais: Tema: apresentação do
1116 relatório do colegiado setorial e apresentação da Plenária do Conselho na
1117 Reunião Ordinária. Item 8 – Encerramento: O Sr. **Juca Ferreira** (Secretário-
1118 Executivo do MINC) agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a
1119 reunião.